



XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

25
anos

2017



A LEGISLAÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA PÓS-1945: SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Jéssica Cristina Rosa*

Resumo

O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa com legislação relacionada ao trabalho nas colônias portuguesas, desenvolvido no período entre agosto/2016 e fevereiro/2017. No contato com esses documentos, nos chamou a atenção a evidente mudança da postura legal em relação aos trabalhadores contratados de Angola, Moçambique e Cabo Verde, enviados para as plantações de São Tomé e Príncipe, no período posterior a 1945. As implicações dessas mudanças no arquipélago e a relação que esses trabalhadores estabeleciam com os são-tomenses são nossas preocupações de pesquisa, cujos métodos e resultados serão melhor expostos em ensaio monográfico a ser produzido.

Palavras-chave:

Legislação; Colonialismo Português; São Tomé e Príncipe;

Introdução

São Tomé e Príncipe, a partir da segunda metade do século XIX, assume uma posição importante no cenário das colônias portuguesas na África. Suas plantações de cacau foram importantes economicamente nesse contexto, mas a mão de obra sempre foi um problema, devido à baixa densidade demográfica do arquipélago e a experiência social dos são-tomenses. Nesse período, marcados por uma memória recente da escravidão, os trabalhadores identificavam no trabalho nas plantações de cacau semelhanças com a época do cativo.

A solução encontrada pelos administradores coloniais foi a intensificação da importação da mão de obra de outras colônias africanas, principalmente Cabo Verde, Angola e Moçambique. As situações de contrato desses trabalhadores, do transporte até o arquipélago e de trabalho nas roças de cacau eram desumanas. Poucos eram repatriados e voltavam para seus locais de origem, como previsto nas leis. Essa situação começa a ser inaceitável no pós-1945, por conta do desenvolvimento de uma postura de direitos humanos no pós-guerra e de crítica ao colonialismo.

No que se refere aos trabalhadores contratados, a legislação portuguesa sofre alterações significativas. O que por vezes parece uma conduta mais branda em relação aos trabalhadores, provoca mudanças nas relações internas no arquipélago são-tomense.

Um massacre ocorrido em Batepá, em 1953, permite a observação deste processo

Resultados e Discussão

Ao analisar as fontes legais sobre o período, era de nosso interesse compreender como e porque a legislação é alterada pós-1945 e a influência dos movimentos internos nessas leis. São diversas as razões que ocasionam as alterações, destacando-se a mudança da posição internacional em relação à colonização.

O governador de São Tomé e Príncipe, entre 1946 e 1954, Carlos de Sousa Gorgulho, é central para a compreensão *in loco* das modificações legais referentes aos contratados e suas implicações. Figura extremamente ambígua, suas posturas em relação aos trabalhadores contratados que chegavam no arquipélago remetem a uma melhoria de suas condições de vida,

condizente com as posturas legais portuguesas no período. Na prática, isso significa que a fiscalização direcionada aos contratantes foi mais rígida, impedindo abusos muito graves; além disso, o aumento das repatriações também é dado sensível. Com os trabalhadores são-tomenses, no entanto, as posturas de Gorgulho são extremamente repressivas, sendo fator determinante nas movimentações que culminam no Massacre de Batepá, em 1953, reprimido duramente pela administração colonial.

A pesquisa se deu, portanto, num movimento de confronto da legislação com a bibliografia e outras fontes, como depoimentos e cartas dos envolvidos no massacre de 1953, supracitado.

Conclusões

O massacre silenciado pelo governo português até os dias atuais é um fato fundador da nacionalidade para o governo pós-independência são-tomense. Entretanto, nosso enfoque sobre o movimento se expande para além do fato e do silêncio político.

Desse modo, nossas conclusões iniciais consideram que o evento permite a análise da política e da legislação em relação aos contratados pós-1945. Para suprir uma mão de obra que, obrigatoriamente, deveria ser repatriada, o governo lançou mão de medidas de repressão como o uso de trabalhadores prisionais locais. As mudanças de legislação nos ajudam a perceber essas alterações do quadro interno da colonização portuguesa. As movimentações de 1953, no entanto, alteram esse quadro, e já são indicativos que a colonização portuguesa, que, bem ou mal, permaneceria até 1975, estava ameaçada.

Agradecimentos

Agradeço ao Cnpq, pelo fomento. Aos meus colegas do CECULT e à Sílvia Hunold Lara pelas conversas e apontamentos. Finalmente, sou eternamente grata à Lucilene Reginaldo, minha orientadora. Por último, agradeço a Alexander Keese, pela atenção e disponibilidade para conversas sobre a pesquisa.

KEESE, Alexander. Forced Labour in the “Gorgulho Years”: Understanding Reform and Repression in Rural São Tomé e Príncipe, 1945–1953. *Itinerário*. Volume 38 / Issue 01 / April 2014, pp 103 - 124